

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.151 - RJ
(2019/0073439-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : FLORENCIO OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE MARTIRE LOPES - RJ100387
MARCILIO MARTINS REGO - RJ132530
ALEXANDRE HENRIQUE MENDONÇA LEÃO E OUTRO(S)
- RJ131944

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela **União**, desafiando decisão da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial com base na aplicação da Súmula 182/STJ (fls. 417/418).

Em suas razões, a parte agravante alega que *"ocorre que, a despeito de não se utilizar de boa técnica, o citado óbice foi efetivamente refutado, como se verifica da transcrição de trecho do agravo de fls 211/ 213., in verbis: [...] No caso sequer havia como a agravante refutar o fundamento que adotou o óbice da Sumula 83/STJ na medida em que a decisão de inadmissibilidade justificou genericamente, "em princípio e em juízo de delibação" que o julgado "parecer não destoar da linha do STJ", sem declinar, efetivamente, qual o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça acerca da controvérsia . [...] Logo, preenchido todos os requisitos elencados por essa Corte Superior para fixação dos honorários recursais, na forma do art. 85, §11, do CP a r. decisão merece ser reformada."* (fls. 241/244).

Ante as razões aduzidas, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 230/231.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator